

# 1 – Nível de atividade

A perda de dinamismo da economia brasileira, detectada há alguns meses, deu lugar a sinais de acomodação e possível reversão dessa tendência, conforme sinalizado por alguns indicadores divulgados nos últimos meses. Nesse sentido, o comportamento do Produto Interno Bruto (PIB), no terceiro trimestre do ano, mostrou estabilidade ante o trimestre anterior, quando descontadas as influências sazonais. Esse comportamento demonstra superação de boa parte dos efeitos negativos relacionados às restrições no fornecimento de energia elétrica, melhor convivência com o estado crítico ainda apresentado pela economia da Argentina e diluição dos impactos da deterioração do cenário externo. Adicionalmente, indica manutenção do dinamismo da atividade interna, que se sobrepôs à desaceleração da economia mundial, respaldado por elevação da renda agrícola e massa de rendimentos ainda em expansão, processo associado, fundamentalmente, ao crescimento do emprego formal.

## 1.1 – Demanda agregada

### 1.1.1 – Consumo

O recuo das vendas do comércio varejista, que prevalecera até o início do segundo semestre, refletindo o comportamento das taxas de juros e de câmbio, bem como a deterioração das expectativas, foi substituído, em agosto e setembro, por movimento de acomodação em patamar relativamente mais baixo ante o observado em 2000. Com os resultados de outubro, terceiro mês consecutivo de elevação do faturamento real do comércio varejista na Região Metropolitana de São Paulo, é mais nítido o movimento de retomada da demanda por consumo.

**Faturamento real do comércio varejista na RMSP**

Discriminação	Variação percentual				
	2001				
	Jul	Ago	Set	Out	Nov*
<b>Mês<sup>1/</sup></b>					
Geral	-2,9	0,7	0,4	2,9	1,8
Bens de consumo	0,5	-1,3	2,2	0,5	3,7
Duráveis	1,7	-1,4	2,1	1,8	4,6
Semiduráveis	-4,0	-9,2	-4,1	-5,0	-1,7
Não-duráveis	1,9	-1,3	3,7	-1,0	3,1
Comércio automotivo	-10,3	-7,8	6,3	8,5	-1,1
Material de construção	-5,3	1,8	-6,2	0,2	-7,6
<b>No ano</b>					
Geral	-1,8	-3,3	-4,3	-4,7	-4,8
Bens de consumo	-1,1	-2,4	-3,3	-3,7	-3,8
Duráveis	-2,1	-3,8	-5,0	-5,5	-5,9
Semiduráveis	-20,2	-20,1	-20,7	-20,8	-21,3
Não-duráveis	3,6	2,4	1,7	1,3	1,3
Comércio automotivo	-12,0	-14,7	-16,0	-16,1	-16,2
Material de construção	7,8	6,4	4,1	3,3	1,0

Fonte: FCESP

1/ Dessazonalizado.

\*Preliminar.

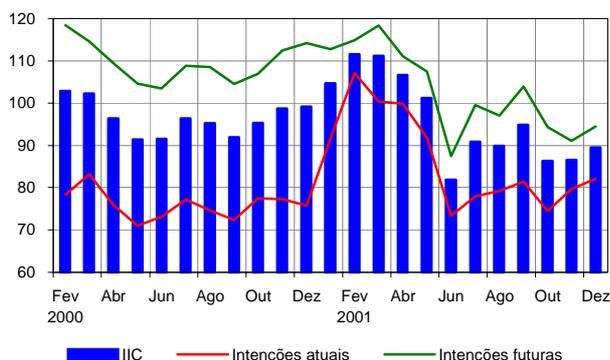
Assim, segundo a Federação do Comércio do Estado de São Paulo (FCESP), em agosto e setembro, o faturamento do setor apresentou crescimentos mensais respectivos de 0,7% e de 0,4%, dados dessazonalizados, devidos, no primeiro mês, às vendas de material de construção e, no segundo, à recuperação registrada por bens de consumo duráveis e não-duráveis, e pelo comércio automotivo. Em outubro, o crescimento do faturamento do setor foi mais expressivo, de 2,9%, com expansão, pelo segundo mês, nas vendas das concessionárias de veículos, 11,4%, secundadas por aumento nas vendas reais de bens de consumo, novamente destacando-se os duráveis, e em especial, lojas de departamentos, 0,72%, e utilidades domésticas, 1,22%. Observe-se que a queda dos estoques nas concessionárias decorreu, principalmente, da concessão de condições especiais de financiamento, enquanto

o desempenho de bens duráveis pode ser explicado pela retomada das compras, uma vez absorvidos os efeitos da restrição ao fornecimento de energia elétrica.

Resultados preliminares para novembro confirmaram tendência de recuperação do consumo. O faturamento real elevou-se 1,77%, dados dessazonalizados, refletindo maiores vendas de bens de consumo, principalmente de duráveis e não-duráveis, haja vista a queda apresentada pelas vendas de bens semiduráveis. O comércio automotivo mostrou recuo no mês, após crescimentos acentuados em setembro e outubro. Comparação da média do trimestre setembro a novembro com a do trimestre anterior evidenciou crescimento de 2,41%, desconsiderando movimentos sazonais. Portanto, com os resultados de novembro, foi confirmada recuperação do setor, que, entretanto, não impedirá que, em 2001, haja queda do faturamento relativamente ao ano anterior. Apenas as vendas de bens não-duráveis de consumo e de material de construção superaram as do ano 2000, movimento explicado, fundamentalmente, pela expansão do emprego formal, com efeitos favoráveis sobre a evolução da massa de salários no ano.

Indicador do volume de vendas, construído pelo IBGE, com abrangência nacional, evidenciou declínio de 1,1% até outubro, comparativamente a igual período de 2000. As principais quedas ocorreram nos itens “demais artigos de uso pessoal e doméstico”, 6,3%, e combustíveis e lubrificantes, 3,4%. Essas quedas foram, em parte, amenizadas pela elevação das vendas em hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, 1,8%, e tecidos, vestuário e calçados, 1,8%.

Índice de Intenções do Consumidor (IIC)



O comportamento do Índice de Intenções do Consumidor (IIC), apurado pela FCESP, traduziu adequadamente a evolução do consumo ao longo de 2001. Assim, o declínio gradativo de março a maio foi substituído por queda acentuada em junho, reflexo do anúncio das medidas tomadas para fazer frente à crise de energia. O novo patamar foi mantido até setembro, mês em que houve recuperação, logo abalada pelos acontecimentos internacionais daquele mês, cujo efeito foi captado em outubro. Em novembro, o índice apresentou pequena elevação ante o mês anterior, refletindo recuperação das intenções atuais de consumo, que apresentaram crescimento de 6,7%, contrabalançado por queda de 3,4% nas expectativas futuras, causada pela trajetória ascendente da inflação, bem como pelo temor do desemprego.

O IIC apurado pela FCESP em dezembro refletiu recuperação das percepções dos consumidores em relação à situação atual e às perspectivas futuras. Traduzindo comportamento típico dessa época do ano, o indicador foi influenciado pelo recebimento do décimo terceiro salário e pela proximidade das festas de Natal e Ano Novo. O índice de dezembro também refletiu melhor convivência com os problemas que decorrem da crise argentina e do desaquecimento da economia norte-americana. Também perdeu espaço a preocupação com o desemprego, basicamente em função das contratações temporárias que ocorrem ao final do ano. A elevação de 3,44% do Índice ante novembro resultou de crescimentos de 3,69% nas intenções futuras e de 3,05% nas intenções atuais.

Em outubro, a taxa de juros média praticada no comércio varejista apresentou recuo pelo terceiro mês, situando-se em 6,79%. Observe-

**Juros médios praticados no comércio**

Discriminação	Taxa						
	2001						
	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out
Juros médios	6,82	6,85	6,87	6,88	6,86	6,85	6,79
Por redes							
Grandes	5,85	5,92	5,94	5,96	5,92	5,89	5,78
Médias	7,09	7,12	7,14	7,16	7,12	7,09	7,03
Pequenas	7,76	7,79	7,79	7,79	7,78	7,71	7,66

Fonte: Anefac

**Indicadores de inadimplência**

Discriminação	Taxa				
	2001				
	Jul	Ago	Set	Out	Nov
SPC (SP) <sup>1/</sup>	7,33	5,99	5,99	6,17	8,39
Cheques devolvidos <sup>2/</sup>	5,13	5,09	5,04	5,11	5,17
Teledata (RJ) <sup>3/</sup>	1,98	2,72	2,49	2,81	2,18
Teledata (Nacional) <sup>4/</sup>	2,59	3,05	2,98	2,64	2,36

Fonte: ACSP, Bacen, Teledata, Abad e Anefac

1/ Novos registros (-) registros cancelados/consultas realizadas (t-3).

2/ Cheques devolvidos por insuficiência de fundos/cheques compensados.

3/ Cheques devolvidos/cheques recebidos.

4/ Médias das seguintes cidades: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Ribeirão Preto e Rio de Janeiro.

se que, até recentemente, essa taxa acompanhara a trajetória da taxa Selic. A taxa mensal média do ano atingiu 6,83%, ante 7,26% registrados pela média de igual período de 2000. Apresentando comportamento contrário ao da taxa de juros, a taxa líquida de inadimplência, medida pela Associação Comercial de São Paulo (ACSP), cresceu acentuadamente em novembro, atingindo 8,4%, ante 6,2% em outubro. Segundo a ACSP, as principais razões desse comportamento são a elevação do desemprego e a queda do rendimento médio real. A expectativa da ACSP é de que a taxa decline em dezembro, como ocorre sazonalmente, voltando para patamar de 6%, haja vista o recebimento do 13º salário e o comportamento dos consumidores, típico dessa época, de recuperar o crédito para as compras de final de ano. Mesmo não se constituindo em pico da série, a inadimplência manteve-se ao longo do ano cerca de 2 p.p. acima da média de 2000, comportamento que reflete as crises que afetaram a atividade produtiva. Também a proporção de cheques devolvidos por insuficiência de fundos no total de cheques compensados elevou-se em novembro, passando para 5,2%, ante 5,1%, no mês anterior, e 4% em novembro de 2000.

## 1.1.2 – Investimento

Os indicadores de investimento apresentaram comportamentos distintos ao longo de 2001. No primeiro trimestre, houve expansão da capacidade produtiva da economia, seguindo movimento iniciado em 2000. A partir de abril, parte dos indicadores passou a evidenciar desaceleração, desempenho semelhante ao apresentado pelo nível de atividade.

As perspectivas para 2002 sugerem a retomada dos gastos com investimento, acompanhando a recuperação do nível de atividade. Entretanto, a elevação do percentual dos investimentos ante o PIB estará condicionada, em parte, à retomada dos gastos com construção.

**Indicadores de investimento**

Discriminação	2000	Variação % acumulada no ano					
		2001					
		Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out
Bens de capital							
Produção	12,9	19,5	17,5	17,3	16,8	15,2	15,7
Importação	3,1	36,1	31,5	26,9	24,2	20,0	19,1
Exportação	36,8	-7,3	-8,4	-11,3	-11,2	-12,3	-13,8
Insumos da construção civil	2,2	4,0	2,3	1,3	0,4	-0,4	-1,1
Financiamentos do BNDES	27,7	52,2	57,3	23,8	39,5	38,7	29,0

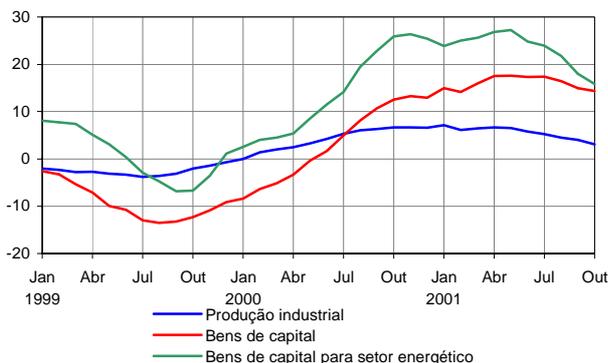
Fonte: IBGE, Funcex e BNDES

A produção de bens de capital, que crescera 17,3% no acumulado do ano até julho, ante igual período de 2000, registrou elevação de 15,7% até outubro. O crescimento, bastante expressivo, se considerada a taxa de 2,5% para a média da indústria geral, consolidou mudança no perfil da produção industrial em 2001, ante o que prevalecera em 2000, ano caracterizado pela liderança da produção de bens de consumo duráveis.

A análise da produção de bens de capital em bases mensais evidenciou que, retirados os efeitos sazonais, ocorreu queda de 1% em setembro e de 4,7% em outubro. A contração relativa a outubro ocorreu principalmente na produção de bens industriais seriados, 10,8%, equipamentos mistos, 7,1%, e de energia elétrica, 5,8%. Comparando a média dos dois últimos trimestres, observa-se, entretanto, patamar mais elevado no período agosto-outubro, ante os três meses anteriores, em 1,74%, resultado influenciado pelo crescimento ocorrido em agosto. Nessas bases de comparação, fica evidente que a produção foi impulsionada pelos setores de equipamentos para construção, que cresceu 13%, seguindo-se os direcionados para a geração de energia elétrica, 11,6%, e bens industriais não-seriados, 7,1%.

Os resultados acumulados no ano mostram claramente a resposta da indústria produtora de equipamentos geradores de energia elétrica à crise de oferta de energia. Nesse sentido, a produção de equipamentos com essa finalidade cresceu 48,7% até outubro, taxa sensivelmente mais elevada do que a relativa ao grupo de desempenho imediatamente inferior, equipamentos para construção, que registrou expansão de 26,8%. Esse último resultado sugere, para os próximos meses, recuperação do setor, que, até o final do terceiro trimestre, apresentou resultados medíocres. O crescimento de 19,3% assinalado na produção de máquinas agrícolas reforça as expectativas de que, em 2002, haja novamente expansão da safra, que se encontra agora em fase de plantio. Cabe ainda mencionar o crescimento de 14,6% registrado pela produção de equipamentos de transportes.

## Variação % da média móvel em 12 meses



## Produção de bens de capital

Discriminação	2000	Variação % acumulada no ano			
		2001	Jul	Ago	Set
Bens de capital	12,9	20,5	19,5	17,5	15,7
Industriais	19,0	11,0	11,3	9,5	5,7
Seriados	21,9	11,6	11,9	10,0	5,7
Não-seriados	7,3	10,5	10,7	9,1	6,0
Agrícolas	19,3	14,0	13,1	11,8	19,3
Peças agrícolas	14,6	13,1	12,3	11,0	3,8
Construção	15,0	14,3	14,1	13,1	26,8
Energia elétrica	3,2	21,1	22,0	21,6	48,7
Transportes	22,8	21,1	21,6	20,8	14,6
Misto	7,9	20,0	20,3	19,4	7,2

Fonte: IBGE

## Produção de autoveículos

Discriminação	Variação percentual					
	2001	Jul	Ago	Set	Out	Nov*
Mês <sup>1/</sup>						
Máquinas agrícolas	11,2	-3,0	15,4	4,1	1,6	
Ônibus	-4,7	7,8	-5,1	21,7	24,0	
Caminhões	-9,5	2,3	-10,4	6,1	6,5	
No ano						
Máquinas agrícolas	30,7	27,2	26,1	26,7	25,1	
Ônibus	-2,6	-2,9	-3,9	-1,1	1,7	
Caminhões	19,7	14,9	10,5	8,0	7,5	

Fonte: Anfavea

<sup>1/</sup> Dessazonalizado.

\* Preliminar.

Dados da Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) relativos a novembro mostraram crescimento mensal de 1,6% na produção de máquinas agrícolas, dados dessazonalizados pelo Departamento Econômico do Banco Central do Brasil (Depec), resultado que contribuiu para que a produção acumulada no ano alcançasse 25,1%, comparativamente à de igual período de 2000. Observe-se que parte desse desempenho esteve voltada para o mercado externo, tendo as exportações desses bens crescido 49,3%, ante expansão de 19,4% nas vendas totais. As estatísticas da Anfavea mostram também expansão da frota para transporte de carga, haja vista que a produção de caminhões cresceu 7,5% no ano. Por outro lado, a produção de ônibus expandiu-se apenas 1,65% até novembro.

O *quantum* de importação de bens de capital apresentou elevação de 19,1% até outubro, comparativamente a 36,1% ao final do primeiro semestre. Análise da composição do valor em dólares das importações evidenciou elevação acentuada nas compras de equipamentos fixos para telefonia móvel, 26%, maquinaria industrial, 22%, e partes e peças para bens de capital para a indústria, 21,5%.

A produção da construção civil apresentou desaceleração a partir do primeiro trimestre. Conforme dados do PIB trimestral, até março, o setor acumulava crescimento de 4,5%, ante período correspondente do ano anterior, taxa que se reduziu para 2,4% ao final do primeiro semestre e para 0,76% no terceiro trimestre. Observe-se que a taxa acumulada do PIB, até setembro, atingiu 2,17%. Tendo em vista a significativa participação desse item na formação bruta de capital, esse comportamento inibe a expansão do percentual das despesas com investimentos ante o PIB. No que se refere à

**Insumos da construção civil**

Variação % em 12 meses



Fonte: IBGE

produção de insumos para a construção, considerando dados dessazonalizados, observou-se que, após fevereiro, apenas em setembro a evolução foi positiva, comportamento que determinou retração de 1,1% nos primeiros dez meses do ano, ante período correspondente em 2000, ano em que o crescimento atingiu apenas 2,1%, após ter apresentado declínio de 3,6% em 1999. O baixo dinamismo desse setor nos últimos anos decorreu, em parte, da queda dos investimentos públicos, bem como da restrição representada pelos altos custos dos recursos para financiar a atividade de construção residencial.

Os recursos desembolsados pelo Sistema BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame) e BNDES Participações S.A. (BNDESPar) – cresceram 29% até outubro, ante igual período de 2000. Por setores, a maior expansão ocorreu no total de recursos direcionados para a agropecuária, 44,5%, seguindo-se indústria de transformação, 39,3%, e comércio e serviços, 12,9%. Na indústria extrativa, registrou-se contração de 22%. A Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), custo dos empréstimos concedidos pelo Sistema BNDES, passou de 9,5% a.a., no terceiro trimestre, para 10% a.a. no quarto.

Os indicadores da evolução dos estoques apresentaram tendências divergentes nas diferentes pesquisas e setores analisados. Assim, a Sondagem Conjuntural da Indústria de Transformação, realizada em outubro pela Fundação Getulio Vargas (FGV), mostrou elevação dos estoques, causada por enfraquecimento da demanda no início do terceiro trimestre.

A 20ª Pesquisa Conjuntural Bic Banco, por outro lado, revelou redução do nível geral de estoques, cujo índice passou de 67,3, no segundo trimestre, para 62,4 no terceiro. A análise por setores mostrou quedas dos bens estocados nas indústrias de bens de capital e de bens de consumo não-duráveis e no comércio atacadista, que, por sua intensidade compensaram movimentos de elevação de estoques na agropecuária, nas indústrias de bens intermediários e de bens duráveis e no comércio varejista.

Dados da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve), mostraram continuidade, pelo quinto mês, do movimento de redução dos estoques das concessionárias, que, em novembro, situaram-se em patamar 14,4% inferior ao de igual mês de 2000.

A análise dos indicadores de investimento permite concluir que, em 2001, houve ampliação da capacidade instalada em todos os setores da economia. Na indústria, a expansão foi inferior à registrada em 2000, enquanto, nos demais setores, mostrou-se superior. A composição da taxa de crescimento da produção de bens de capital mostrou predominância dos setores de energia elétrica, construção e agrícola. A demanda por equipamentos geradores de energia elétrica deverá reduzir-se nos próximos meses, também pela redução do racionamento. Entretanto, a expectativa de elevação das tarifas de energia elétrica deverá estimular a busca de auto-suficiência energética pelas indústrias. A produção de equipamentos agrícolas tem acompanhado, nos últimos anos, a expansão continuada da safra de grãos, bem como de outros produtos da lavoura, tendência que deverá continuar em 2002. Já a defasagem entre a produção de equipamentos para a construção e o desempenho do setor propriamente dito sugere pré-condições favoráveis à sua retomada, no que se refere à capacidade produtiva. Assinale-se que o comportamento da construção constitui-se em fator determinante para a elevação do percentual dos investimentos ante o PIB.

### 1.1.3 – Demanda interna

**Formação bruta de capital como % do PIB**  
No mês



A demanda interna manteve trajetória ascendente ao longo do ano, refletindo o fato de que as importações de bens e serviços superaram as exportações nas comparações mensais até outubro. Assim, a representatividade da demanda interna frente ao PIB passou de 101,08%, nos doze meses terminados em outubro de 2000, para 101,82% em outubro de 2001, conforme estimativa do Depec.

A formação bruta de capital (FBC) expressa como percentual do PIB elevou-se de 21,3%, em outubro de 2000, para 22,9% em outubro de 2001. Considerando-se a formação bruta de

## **Formação bruta de capital (FBC) e formação bruta de capital fixo (FBCF)**

A formação bruta de capital, ou investimento, resulta da soma algébrica da formação bruta de capital fixo e da variação de estoques. Por sua vez, a formação bruta de capital fixo divide-se em três grupos: construção, máquinas e equipamentos, e outros.

Os setores de construção e máquinas e equipamentos possuem indicadores que permitem acompanhar suas trajetórias mensais. A atividade da construção é acompanhada pela série, do IBGE, da produção de insumos para o setor. No que se refere a máquinas e equipamentos, consideram-se dados referentes à produção da indústria, divulgados pelo IBGE, bem como às exportações e importações de bens de capital. A partir dessas três séries, obtém-se o conceito de absorção de bens de capital.

Os dois setores representam a maior parte da formação bruta de capital. De acordo com as contas nacionais para o período 1995-1999, a construção representou, em média, 13,3% do PIB e 62,6% da FBC. Para máquinas e equipamentos, esses percentuais corresponderam a 5,3% e 25%, respectivamente.

Para o item “outros”, que engloba principalmente atividades relacionadas ao florestamento, formação de culturas permanentes e com animais reprodutores, de tração e gado de leite, não existem indicadores mensais.

Os estoques em um dado momento compreendem todos os bens, exceto os do ativo imobilizado, de propriedade das unidades produtoras residentes. As informações periodicamente divulgadas sobre variação dos estoques são, na sua maior parte, setoriais. A avaliação do comportamento dessa variável ressent-se, basicamente, da falta de dados que permitam acompanhar a tendência da variável de forma agregada.

Tendo em vista as restrições de dados para avaliar o comportamento do item “outros” e da variação de estoques, as estimativas do Depec sobre investimentos limitavam-se ao conceito de FBCF.

No segundo semestre de 2001, o IBGE iniciou a publicação das contas nacionais trimestrais, série que retroagiu ao primeiro trimestre de 1991. Com essa periodicidade, foram disponibilizadas estatísticas para os investimentos, no conceito de FBC, sem discriminar sua composição. Esta abertura, em bases anuais, consta das contas nacionais relativas ao período 1995 a 1999. Com

base nessas informações, observou-se que, na média desse período, os dispêndios com os itens incluídos em “outros” representaram cerca de 1% do PIB, e a variação de estoques, 1,6%.

Na tabela a seguir constam informações mensais, em 2001, das participações percentuais da FBC e da FBCF no PIB. Para isso, consideram-se indicadores conjunturais da produção, importação e exportação de máquinas e equipamentos, insumos para a construção civil e, ainda, projeções dos itens “outros” e variação de estoques, tendo como base dados de 1995 em diante e informações setoriais sobre a evolução dos estoques.

### Formação bruta de capital

Discriminação	Percentual do PIB	
	Formação bruta de capital	Formação bruta de capital fixo
2001		
Jan	23,0	19,7
Fev	22,9	19,3
Mar	24,9	21,2
Abr	23,8	20,3
Mai	24,3	20,9
Jun	22,2	18,6
Jul	22,4	19,2
Ago	23,7	20,4
Set	22,9	19,4
Out	22,9	19,6

Fonte: IBGE e Banco Central

capital fixo (FBCF), que não inclui o item outros e a variação de estoques, as taxas situaram-se em 19,2% e em 19,6%, respectivamente. Observe-se que, com exceção do setor da construção, os indicadores de investimento apresentaram taxas de crescimento superiores às relativas à maior parte dos indicadores da demanda por consumo. A estimativa do consumo em relação ao PIB, que inclui variação de estoques, declinou de 82,39%, considerando doze meses finalizados em outubro de 2000, para 82,13% em igual período de 2001.

### 1.1.4 – Conclusão

Após sinalizar acomodação da demanda de consumo no início do segundo semestre, o comportamento dos indicadores passou a mostrar,

em meses recentes, recuperação lenta porém contínua. Fatores como a renda gerada pelo setor primário e a adição de postos de trabalho no contingente de empregados com carteira assinada em todos os meses do ano explicam esse comportamento. A recuperação das intenções de compra dos consumidores mostra absorção dos efeitos das crises de energia e do cenário externo deteriorado, sugerindo ambiente favorável para evolução positiva das vendas ao final do ano. Há que ressaltar que a queda do rendimento médio afasta a possibilidade de evolução da demanda de forma incompatível com a capacidade de resposta do setor produtivo.

Em relação à demanda por investimentos, a absorção de bens de capital, definida como produção mais importação menos exportação de equipamentos, continua elevada, crescendo 22% até outubro, em comparação aos primeiros dez meses de 2000. Esse comportamento se contrapõe à perda de dinamismo da construção civil, já a partir dos primeiros meses do ano.

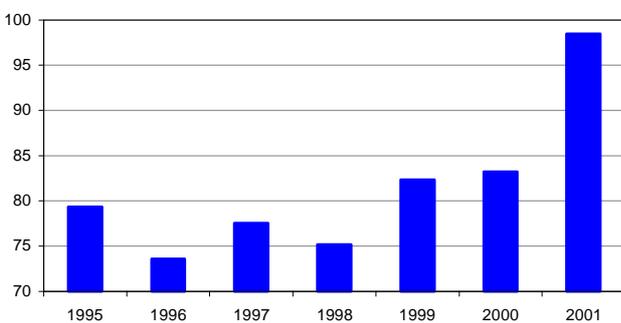
## 1.2 – Oferta agregada

### 1.2.1 – Agropecuária

#### Lavouras

##### Produção de grãos

Em milhões de toneladas



Fonte: IBGE

A atual safra de grãos totalizou 98,5 milhões de toneladas, constituindo-se na maior já colhida no país. Relativamente a 2000, a expansão atingiu 18,3%, conforme o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), realizado pelo IBGE em novembro. Considerando a distribuição regional da safra, na região Sul, responsável por 50,1% do total, a colheita apresentou expansão de 37,9%. Seguiu-se a região Centro-Oeste, com 29,2% da produção e crescimento de 11,2%, ante 2000. A região Sudeste, onde a produção cresceu 8,6%, foi responsável por 12,8% do total colhido. Por último, nas regiões Norte e Nordeste, com participações respectivas de 2,1% e de 5,7%, a produção apresentou declínios, de 4,3% e de 27,6%, respectivamente.

Cabe ressaltar que o desempenho dessa safra decorreu, basicamente, de acentuada elevação no rendimento médio, haja vista que a área total expandiu-se apenas 1,2% ante a da safra anterior. Culturas que apresentaram crescimento da área registraram crescimento mais acentuado do rendimento, como, por exemplo, no caso do milho. Mesmo safras onde foi constatada queda na produção e da área, como no caso do arroz, apresentaram ganhos de produtividade.

As quebras apresentadas pelas safras de feijão e de arroz têm influenciado os preços desses produtos ao longo do ano. Nesse sentido, até novembro, os preços do feijão preto e do arroz elevaram-se 174,37% e 43,77%, respectivamente, conforme medido pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

#### Lavouras

Discriminação	Produção	Área	Variação % em 2001	
				Rendimento médio
Produção de grãos	18,3	1,1	...	...
Algodão (caroço)	31,2	9,3	20,1	20,1
Arroz (em casca)	-8,0	-13,9	6,9	6,9
Feijão	24,2	-20,0	5,1	5,1
Milho	29,9	6,4	29,1	29,1
Soja	15,1	2,2	12,7	12,7
Trigo	92,8	59,7	20,7	20,7
Outros	17,8	-2,1	...	...

Fonte: IBGE

1/ Refere-se ao LSPA de novembro.

Para o próximo ano, o segundo levantamento sobre intenções de plantio e áreas já plantadas, para nove produtos, nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste e em Rondônia registrou elevação de 1,1%. Cabe destacar as estimativas favoráveis para a área a ser ocupada pela soja, 11,1%, e pela primeira safra de feijão, 9,8%. Por outro lado, espera-se redução nas áreas destinadas à cultura do arroz, 2,4%, mandioca, 10,1%, e milho, primeira safra, 13%. No caso da mandioca, a redução decorreu de preços de comercialização, considerados muito baixos na última safra. Essa mesma razão, aliada ao avanço da área dedicada à soja, explica a menor área para a primeira safra de milho.

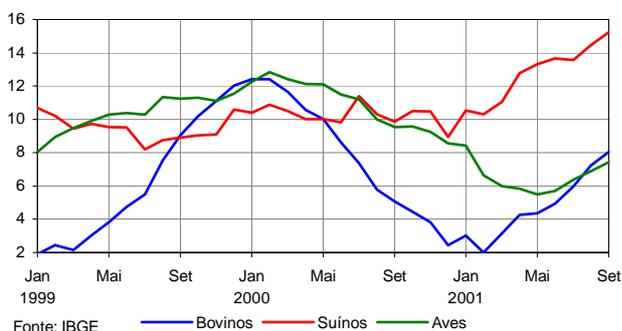
## Pecuária

A produção da pecuária tem apresentado tendência de elevação ao longo de 2001. No primeiro semestre, foi registrada expansão de 4%, e os indicadores mais recentes mostraram que 2001 deverá ser o quarto ano consecutivo de resultados positivos do setor. Ressalte-se que, a partir de 1990, apenas em 1997 a pecuária apresentou resultados negativos.

**Pecuária**

Peso total das carcaças

Variação acumulada em 12 meses



Fonte: IBGE

— Bovinos — Suínos — Aves

A análise dos principais componentes da pecuária revela expansão generalizada. Assim, dados disponíveis até setembro revelam crescimento de 13,9% na produção de bovinos, de 16,4% na de suínos e de 11,5% na de frangos. A produção de leite cresceu 11,3% no mesmo período. Os indicadores da indústria de alimentos ligada à pecuária continuam apresentando desempenho acima da média da indústria de transformação no período. Nesse sentido, até outubro, o abate de

animais (exclusive aves) e preparação de carnes cresceu 6,8%, o abate e preparação de aves, 8,5%, e o resfriamento e preparação de leite e laticínios, 5,1%. Considerando os insumos para o setor, observou-se a mesma tendência, com a produção de alimentos para animais apresentando expansão de 6,7%.

Seguindo a trajetória dos últimos anos, o mercado externo manteve-se favorável em 2001. Os resultados acumulados no ano, até outubro, registraram elevação de 50,8% no total exportado de carnes e miudezas. Considerando os itens mais relevantes, a expansão totalizou 117,2% em suínos e derivados, secundadas por expansões de 78,2% no segmento de bovinos e de 35,8% no de aves.

A elevação das exportações tem influenciado o comportamento dos preços internos, principalmente de bovinos. Assim, nos meses de outubro e novembro, conforme captado pelo IPCA, os preços do item carnes elevaram-se 5,23% e 2,87%, respectivamente, acumulando crescimento de 11,26% no ano.

## 1.2.2 – Indústria

### Produção industrial

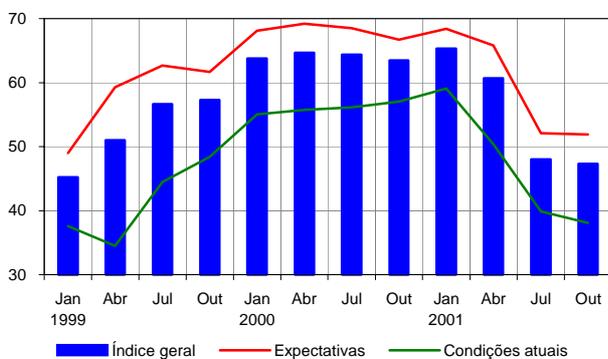
A análise dos indicadores da produção industrial nos últimos meses evidencia que os efeitos negativos da restrição de oferta de energia elétrica foram virtualmente absorvidos pelo setor. Os resultados de outubro foram fortemente impactados pela paralisação dos petroleiros, que se refletiu na extração de minerais e na produção da indústria química.

Descontados esses efeitos, o resultado de outubro ainda é negativo, mas menos intenso, tornando-se mais compatível com acomodação da atividade industrial em patamar inferior ao do primeiro semestre, porém em nível suficientemente elevado para garantir resultados positivos ante 2000.

As diversas sondagens e pesquisas com empresários industriais confirmaram o deslocamento da preocupação dos empresários, antes centrada na crise de energia, para questões que envolvem o encurtamento das margens e o comportamento da demanda nos últimos meses de 2001 e primeiro trimestre de 2002.

Comparação dos resultados da Sondagem Conjuntural da Indústria de Transformação, realizada pela FGV, em outubro, com os relativos à sondagem de julho, mostrou que a percepção dos empresários sobre o comportamento da demanda por produtos industriais passou de situação caracterizada como de “drástico enfraquecimento” para “estabilizada”. A sondagem de outubro revelou também estoques mais elevados, consequência do enfraquecimento da demanda constatado em julho, e, em relação à situação dos negócios, perda de margens, explicada basicamente pela depreciação do real. Embora de maneira modesta, os empresários esperam, para o último trimestre, elevação de demanda, que, entretanto, não se refletiria na mesma proporção em aumento da produção, haja vista os estoques mais elevados. A FGV também detectou substituição da demanda por produtos importados pela produção interna, devido ao efeito da depreciação da taxa de câmbio.

**Índice de Confiança do Empresário Industrial**



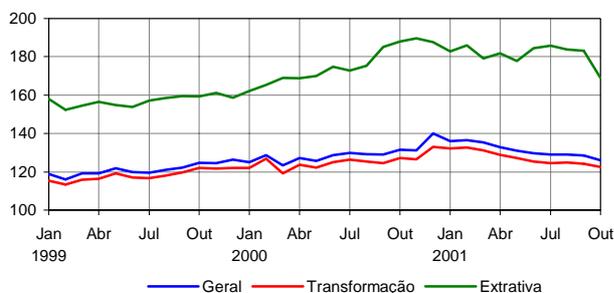
Em outubro, o Índice de Confiança do Empresário Industrial, elaborado trimestralmente pela CNI, com base em informações de federações da indústria de 19 estados, mostrou-se praticamente estável ante o indicador de julho. A permanência do indicador abaixo de 50 pontos refletiu questões relativas à retração da economia e às altas taxas de juros e de câmbio. A queda de confiança esteve mais relacionada às percepções negativas das condições atuais do que às expectativas, cujo indicador se manteve acima de 50, mesmo com a redução ante julho.

**Produção industrial**

Discriminação	Variação percentual			
	2001			
	Jul	Ago	Set	Out
Mês <sup>1/</sup>	- 0,57	- 0,02	- 0,31	- 1,92
Mesmo mês do ano anterior	1,27	- 0,40	- 1,87	- 3,43
Acumulado no ano	4,47	3,79	3,13	2,50
Acumulado em 12 meses	5,24	4,47	3,99	3,12

Fonte: IBGE

1/ Dessazonalizado.

**Produção industrial**  
 Dados dessazonalizados  
 1992=100


Fonte: IBGE

**Produção industrial por categoria de uso**

Discriminação	Variação % acumulada em 12 meses					
	2001					
	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out
Produção industrial	6,55	5,80	5,30	4,54	4,08	3,12
Bens de capital	18,57	18,40	18,59	17,61	16,13	15,34
Bens intermediários	5,53	4,59	3,88	3,04	2,40	1,34
Bens de consumo	4,01	3,63	3,46	2,98	3,26	2,53
Duráveis	17,85	15,63	13,11	9,71	8,48	5,86
Semi e não-duráveis	0,58	0,60	0,99	1,22	1,89	1,64

Fonte: IBGE

Apesar da contração mensal de 1,92% na produção industrial em outubro, dados dessazonalizados, no acumulado do ano os resultados permaneceram positivos, com elevação de 2,5% ante os primeiros dez meses de 2000. A análise dos principais gêneros mostrou que a greve no setor de extração e refino de petróleo influenciou fortemente as indústrias extrativa mineral e química, cujos pesos na produção industrial são, respectivamente, 10,4% e 18,2%. Esses gêneros, onde se destacam os itens petróleo em bruto e gasolina, apresentaram quedas respectivas de 7,8% e de 7,5%. Retirando do resultado total esses efeitos, a queda da produção industrial atingiria 0,11%.

Observe-se que, apesar do resultado negativo do indicador geral, 12 dos 21 gêneros pesquisados apresentaram acréscimo da produção, principalmente perfumarias, sabões e velas, 7,9%, fumo, 6,4%, mobiliário, 5,4% e borracha, 5,3%. Por categorias de uso, entretanto, as comparações ante setembro revelaram declínio generalizado, com exceção dos bens de consumo duráveis, cuja produção cresceu após sete quedas consecutivas.

Considerando os resultados acumulados no ano, 12 dos 21 gêneros apresentaram resultados negativos, em especial couros e peles, 10,5%, vestuário, calçados e artefatos de tecidos, 6,3%, e fumo, 4,9%, itens que correspondem basicamente a bens semiduráveis de consumo. Por outro lado, os maiores crescimentos foram detectados em

material elétrico e de comunicações, 9,6%, mecânica, 7,8%, e material de transporte, 7,5%, gêneros vinculados à indústria de bens de capital, categoria de uso que, ao longo de 2001, tem liderado a produção industrial. A composição da taxa de crescimento mostra que esses gêneros responderam por 1,97 p.p. da taxa de crescimento de 2,5% apresentada pela indústria geral.

**Produção industrial segundo a intensidade do gasto com energia elétrica**

Discriminação	Variação percentual			
	2001			
	Jul	Ago	Set	Out
Mesmo mês do ano anterior				
Setores de alta intensidade	- 3,94	- 4,60	- 5,48	- 5,50
Setores de média intensidade	4,42	3,56	2,16	0,90
Setores de baixa intensidade	2,87	0,11	- 2,03	- 3,00
Acumulado no ano				
Setores de alta intensidade	- 0,17	- 0,77	- 1,32	- 1,80
Setores de média intensidade	5,35	5,11	4,78	4,40
Setores de baixa intensidade	7,29	6,23	5,22	4,10
Acumulado em 12 meses				
Setores de alta intensidade	0,98	0,06	- 0,64	- 1,40
Setores de média intensidade	5,18	4,90	4,98	4,60
Setores de baixa intensidade	8,30	7,46	6,78	5,30

Fonte: IBGE

Segundo a intensidade do gasto com energia elétrica, as comparações entre 2001 e 2000 mostraram taxas de crescimento mais acentuadas para os setores de média e de baixa intensidades, que respondem por 33,2% e 40,1% do valor da produção da indústria de transformação, atingindo 4,4% e 4,1%, respectivamente. Nos setores de alta intensidade, responsáveis por 26,6% da indústria, registrou-se retração de 1,8% na produção.

Comparação dos resultados acumulados em doze meses, até outubro, com aqueles registrados ao final do primeiro semestre, evidenciou desaceleração na produção de bens de capital, intermediários e de consumo. O desempenho da última categoria esteve vinculado, fundamentalmente, à contração na intensidade da taxa de expansão da produção de duráveis, de 15,6%, até junho, para 5,9%, refletindo

a manutenção da taxa de juros em patamar elevado e a redução da oferta de energia elétrica. Registre-se que, de forma gradual, manteve-se tendência de elevação da produção de semiduráveis e não-duráveis, haja vista que o crescimento passou de 0,6%, até junho, para 1,6%, até outubro. A sustentação desse movimento decorreu do mercado interno, haja vista a continuidade da expansão do emprego, e do externo, destacando-se as exportações de alimentos.

Dados setoriais de novembro revelaram que a indústria automobilística produziu 153,5 mil veículos, o que levou o resultado acumulado no ano a apresentar expansão de 8,5%. Retirando as influências sazonais, o crescimento mensal situou-se em 12,6%. As vendas atingiram 148,1 mil veículos, crescendo 13,2% no mês, após dessazonalização da série. A produção de máquinas e equipamentos agrícolas cresceu 1,6% em novembro, terceiro mês consecutivo de resultados favoráveis. No ano, houve elevação de 25,1%, resultado que sugere continuidade da elevação da produtividade agrícola para a próxima safra, em fase de plantio.

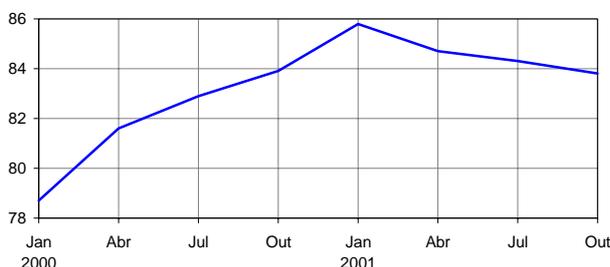
O nível de utilização da capacidade instalada refletiu a acomodação da produção industrial verificada em meses recentes. Até setembro, ocorreu redução da intensidade de queda no uso das instalações industriais,

**Utilização da capacidade instalada**

Material de construção

Dados dessazonalizados

Percentual médio



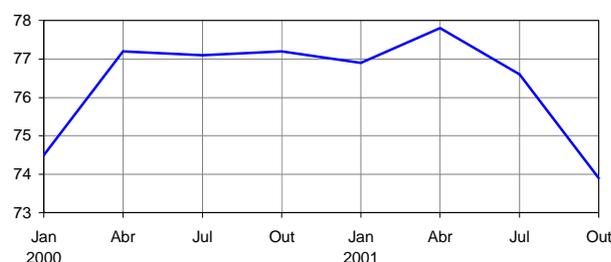
Fonte: FGV

**Utilização da capacidade instalada**

Bens de consumo

Dados dessazonalizados

Percentual médio



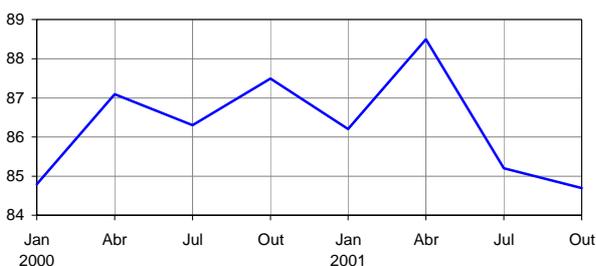
Fonte: FGV

**Utilização da capacidade instalada**

Bens de consumo intermediário

Dados dessazonalizados

Percentual médio



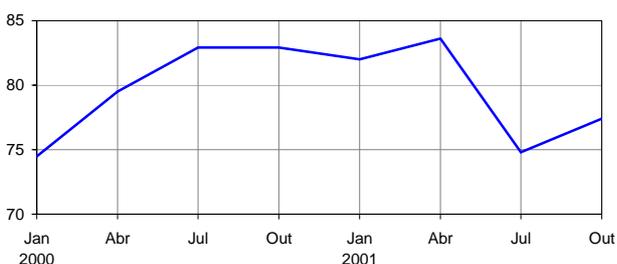
Fonte: FGV

**Utilização da capacidade instalada**

Bens de capital

Dados dessazonalizados

Percentual médio



Fonte: FGV

processo que, de acordo com estatísticas da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e da CNI para outubro, apresenta indícios de reversão.

Nesse sentido, a sondagem realizada pela FGV, que havia registrado redução de 3 p.p., de abril a julho, no uso da capacidade instalada das indústrias, apontou declínio de 1 p.p. na pesquisa de outubro. Na série isenta de sazonalidade, as quedas atingiram 3,1%, no segundo trimestre, e 2,3% no terceiro, comparativamente aos períodos imediatamente anteriores. Comparação com outubro de 2000 mostrou acentuada redução, que refletiu o comportamento das indústrias de bens de consumo e de capital, haja vista a estabilidade apresentada em material de construção e em bens intermediários.

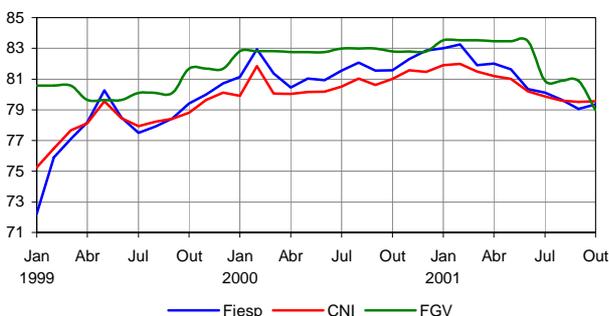
Adicionalmente, dos 21 gêneros pesquisados na sondagem de outubro da FGV, onze apresentaram maior utilização da capacidade, relativamente ao patamar assinalado em julho. Os crescimentos mais elevados ocorreram nas indústrias que produzem borracha, 4,5 p.p., e vestuário, calçados e artefatos de tecidos, 8,1 p.p. Por outro lado, as maiores quedas foram registradas por fumo, 38,1 p.p., perfumaria, sabões, detergentes e velas, 11,4 p.p., e couros e peles, 2,6 p.p., gêneros classificados como bens de consumo semiduráveis e não-duráveis.

Nas indústrias situadas nos doze estados pesquisados pela CNI, o nível de utilização da capacidade instalada decresceu de abril a setembro, apresentando estabilidade em outubro, de acordo com estatísticas isentas de sazonalidade. Na indústria paulista, após queda de maio a setembro, a utilização da capacidade instalada cresceu 0,38% em outubro. Em relação

**Utilização da capacidade instalada**

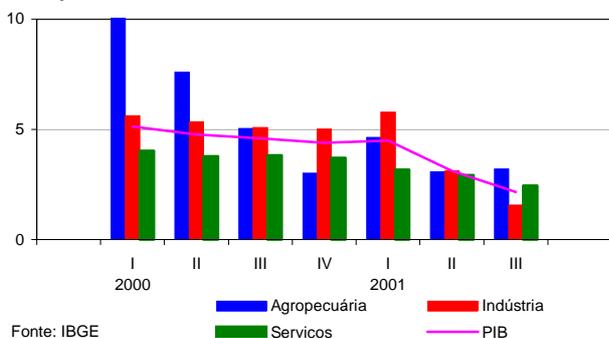
Dados dessazonalizados

Percentual médio



**Produto Interno Bruto**

Variação % acumulada no ano



Fonte: IBGE

**Produto Interno Bruto**

Discriminação	Variação percentual				
	2000		2001		
	III	IV	I	II	III
Acumulado ao longo do ano	4,60	4,39	4,50	3,12	2,17
Acumulado em 4 trimestres	4,28	4,39	4,24	3,57	2,56
Trimestre/igual trimestre					
do ano anterior	4,28	3,77	4,50	1,82	0,34
Trimestre/trimestre anterior					
com ajuste sazonal	0,82	0,89	0,17	0,02	0,05

Fonte: IBGE

ao nível registrado em outubro de 2000, houve queda de 1,87% e de 2,76% nas indústrias no âmbito da CNI e da Fiesp, respectivamente.

**1.2.3 – Produto Interno Bruto (PIB)**

O PIB a preços de mercado apresentou expansão de 2,17% até o final do terceiro trimestre, ante igual período de 2000, após crescimento de 3,12% assinalado no primeiro semestre. Retirando os efeitos sazonais, o PIB mostrou-se estável entre o segundo e o terceiro trimestres. Comparativamente ao terceiro trimestre de 2000, registrou-se expansão de 0,34%. Os resultados mostram que, de maneira geral, os efeitos da crise de energia e da depreciação da taxa de câmbio foram superestimados, haja vista que, em lugar de desaceleração no nível de atividade, ocorreu sua acomodação.

Examinando-se o comportamento das taxas acumuladas ao longo do ano, observa-se resultados positivos em todos os setores, mais expressivo na agropecuária, reflexo do comportamento favorável das lavouras e da pecuária. No setor industrial, cabe ressaltar que apenas os serviços industriais de utilidade pública apresentaram declínio ante 2000, refletindo a restrição da oferta de energia. Mesmo assim, a queda de 2,5% foi inferior à esperada, haja vista a abrangência do racionamento. Também o resultado apresentado pela construção civil superou as estimativas sinalizadas pela produção de insumos para o setor, que, até setembro, declinara 0,39%. Todos os subsetores dos serviços apresentaram desempenho positivo, principalmente as comunicações, 12,5%, e os “outros serviços”, 3,6%.

## Perspectivas para o PIB em 2002

A partir da análise de desempenhos econômicos setoriais, construiu-se o cenário para a evolução do PIB em 2002, apresentado na tabela na página seguinte. Tal análise considerou expectativas de entidades para a evolução das próprias áreas de atuação, pesquisas de institutos, aspectos estatísticos – sazonalidade e base de comparação – e conjunturais, sobretudo no que tange à evolução da demanda externa e interna.

Para o setor primário, delineiam-se expectativas bastante favoráveis com base nas primeiras previsões de safra realizadas pela Conab/MAPA e pelo levantamento das intenções de plantio do IBGE. As pesquisas realizadas por essas instituições apontam um novo recorde da safra de grãos, com crescimento em torno de 2% em relação à safra anterior. Além disso, lavouras importantes na composição do produto do setor primário, como café, laranja e cana-de-açúcar, devem apresentar crescimentos significativos no próximo ano. No que se refere à produção pecuária, o setor deve continuar apresentando expansão, a exemplo do ocorrido nos últimos anos, haja vista as perspectivas favoráveis para o fluxo de exportações de carnes em geral, estimuladas pelo aumento da demanda externa em relação ao produto brasileiro e pela evolução da taxa de câmbio. O extrativismo vegetal, por ser influenciado pelo desempenho do setor siderúrgico, também apresenta perspectiva de crescimento superior ao que vem registrando neste ano.

No setor industrial, ramos importantes da indústria de transformação, pela participação no valor agregado fabril e/ou pelo encadeamento com outros subsetores, têm projetado ampliação da produção para o próximo ano. A indústria automobilística espera crescimento em torno de 8%, alcançando a produção de 1.900 mil carros. O setor siderúrgico e a indústria de produtos alimentícios sinalizam com desempenho no mesmo sentido, porém, com magnitudes menores. Apesar dessas perspectivas favoráveis, o crescimento da indústria de transformação está restrito pelo efeito estatístico decorrente da sua trajetória declinante em 2001, o que torna a base comparativa desfavorável – *carry over* negativo. Quanto às perspectivas para os demais subsetores secundários, espera-se crescimento da indústria extrativa mineral superior à observada em 2001, haja vista os problemas enfrentados na área de prospecção de petróleo no ano. Para os serviços industriais de utilidade pública (SIUP), que se referem basicamente à geração de energia elétrica, projeta-se expansão significativa com base nos dados de carga da Eletrobrás.

No setor terciário, as projeções dos subsetores de transportes e comércio decorrem das variações consideradas para a indústria de transformação e para o setor agropecuário, obedecendo aos critérios utilizados pelo IBGE para apuração do PIB. Entre os demais subsetores,

destacam-se aluguéis de imóveis, administração pública e outros serviços, que perfazem cerca de 70% do produto do setor terciário. Para os dois primeiros, que apresentam taxas de variação relativamente estáveis, considerou-se o comportamento trimestral dos últimos anos. Para outros serviços incorporou-se, ainda, a perspectiva para a evolução do emprego formal segundo dados do Ministério do Trabalho.

### Produto Interno Bruto

Discriminação	Variação %	
	2001 <sup>1/</sup>	2002
Agropecuária	3,2	3,5
Indústria	1,6	2,5
Extrativa mineral	6,4	7,5
Transformação	2,0	1,9
Construção	0,8	1,7
SIUP	-2,5	5,2
Serviços	2,5	2,1
Comércio	2,2	0,8
Transporte	1,3	0,8
Comunicações	12,5	8,0
Instituições financeiras	1,4	1,9
Outros serviços	1,6	2,4
Aluguéis	2,2	2,3
Administração pública	1,6	2,0
Dummy financeiro	2,3	1,9
Valor adicionado a preços básicos	2,2	2,4
Impostos sobre produtos	2,1	2,6
PIB a preços de mercado	2,2	2,5

Fonte: IBGE e Banco Central

1/ Até o terceiro trimestre.

## 1.2.4 – Conclusão

Com a divulgação dos resultados do PIB para o terceiro trimestre, ficou evidenciado que a desaceleração do nível de atividade, no primeiro semestre, evoluiu para um estágio de acomodação em patamar mais reduzido, comparativamente aos resultados assinalados nos primeiros meses do ano. Indicadores setoriais para os meses de outubro e novembro sinalizam que, possivelmente, a fase de acomodação em patamar relativamente mais baixo venha dar lugar a uma suave recuperação.

Os efeitos negativos do cenário internacional desfavorável, da taxa de juros elevada, da depreciação cambial e da crise de energia foram, em parte, compensados pelos bons resultados da safra agrícola e das exportações em alguns setores. A elevação da renda agrícola e o dinamismo das vendas externas influenciaram positivamente a atividade e o emprego, contribuindo para a diluição dos impactos negativos sobre a indústria, principalmente de transformação, mais sensível aos efeitos citados.

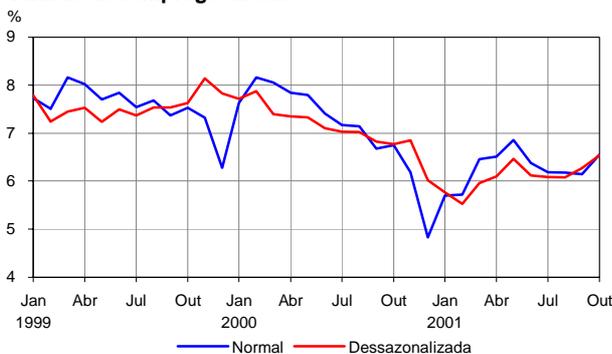
Excetuando-se problemas pontuais, como a quebra das safras de arroz e de feijão e a crise de energia, a evolução da oferta tem sido compatível, ao longo do ano, com a trajetória da demanda. Apesar dos estímulos decorrentes dos resultados positivos da agropecuária e da geração de emprego formal no país, tem-se observado queda dos salários e rendimentos reais. Mesmo em caso de elevação da demanda por produtos industriais, a existência de capacidade ociosa média de cerca de 20% no setor deverá permitir seu atendimento no curto prazo.

## 1.3 – Mercado de trabalho

### 1.3.1 – Emprego

A análise da trajetória dos indicadores de emprego revela a continuidade da criação de empregos formais no país, paralelamente à manutenção do desemprego. Na indústria, pesquisas revelaram número de demissões inferior ao sugerido pelo cenário econômico, registrando-se que os indicadores relativos a outubro sugerem esgotamento desse movimento.

Taxa de desemprego aberto



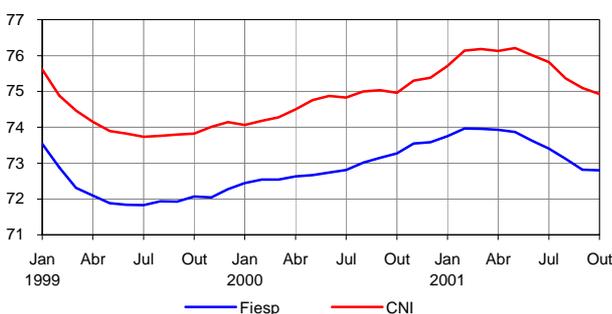
A taxa de desemprego aberto, calculada pelo IBGE em seis regiões metropolitanas, tem-se mantido em patamar superior a 6% a partir de março. Em outubro, a taxa atingiu 6,55%, ante 6,15% em setembro, resultado que reflete a conjugação do crescimento de 0,45% da População Economicamente Ativa (PEA) com a estabilidade do número de ocupados, implicando elevação de 7,19% da população desocupada. A taxa média de desemprego no ano, até outubro, totalizou 6,27%,

ante 7,46% em igual período de 2000. O tempo médio de procura de emprego elevou-se para 21,76 semanas em outubro, ante 20,47 semanas em setembro.

Apesar da estabilidade do número de ocupados, ocorreu remanejamento de mão-de-obra entre os setores pesquisados, tendo-se observado elevação de 0,51% do emprego na indústria de transformação e quedas de 1,23% na construção civil, de 1,2% no comércio e de 0,05% nos serviços. A análise dos resultados acumulados até outubro revelou crescimento médio de 0,79% do número de ocupados, sendo de 1,59% no setor de serviços e de 0,97% na indústria de transformação. As atividades da construção civil e do comércio reduziram os postos de trabalho nas regiões metropolitanas consideradas, em 2,81% e 0,77%, respectivamente.

Considerando as categorias ocupacionais, em outubro houve declínio de 0,99% nos postos de trabalho entre os empregados com carteira assinada e de 0,84% entre os empregadores. Entretanto, confirmando dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a pesquisa domiciliar do IBGE revelou, no acumulado do ano, crescimento de 4,4% no emprego formal, ante contrações de 6,77% no número de empregadores, de 1,75% no de empregados sem carteira assinada e de 0,62% no contingente de trabalhadores por conta própria.

**Emprego industrial**  
Dados dessazonalizados  
1992=100



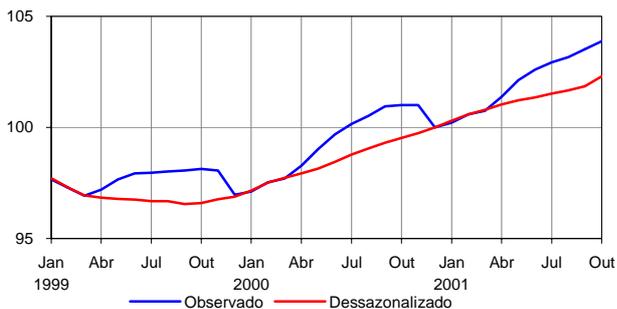
A trajetória do emprego industrial tem sido declinante nos últimos meses, conforme dados divulgados pela CNI e pela Fiesp. Nas indústrias dos doze estados acompanhados pela CNI, o emprego contraiu de junho a outubro, tendo apresentado quedas mais acentuadas nos meses de agosto, 0,59%, e setembro, 0,36%, considerada a série dessazonalizada pelo Depec. Esse comportamento refletiu postura defensiva dos empregadores em relação às implicações financeiras, relativas ao custo das demissões, vinculadas às alterações na legislação do

Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) implementadas em outubro, mês em que o emprego voltou a cair, porém à taxa menos acentuada de 0,22%. Nas indústrias filiadas à Fiesp, o emprego começou a retrair em março, apresentou quedas mais expressivas em agosto,

0,38%, e em setembro, 0,42%, e manteve-se estável em outubro. Observe-se que, mesmo com comportamento desfavorável, o emprego na indústria de transformação, em 2001, supera o registrado nos primeiros dez meses de 2000, seja no âmbito da Fiesp, 1%, ou da CNI, 1,47%.

### Emprego formal

Dezembro 2000=100



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego

Ao contrário dos demais indicadores de emprego, que vêm apresentando trajetória volátil ao longo de 2001, o comportamento do emprego formal, apurado com base no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do MTE, registrou apenas resultados positivos até outubro. Assim, nos primeiros dez meses do ano foram geradas 849,9 mil ocupações com carteira assinada, o que representou crescimento de 2,9%, ante 2000. No setor de serviços, foram criados 336,6 mil empregos no ano, seguindo-se a indústria, com 164,3 mil, e o comércio, com 156,9 mil. Em outubro, ocorreram 77,1 mil novos registros, representando elevação de 0,34%, retiradas as influências sazonais.

O comportamento do emprego formal mostrou, em princípio, pouca reação aos impactos das crises de energia e do setor externo. Em relação à indústria, setor mais suscetível a tais restrições, apenas em julho o saldo entre admissões e demissões foi negativo. Nesse mês, foram eliminadas 2,2 mil ocupações, mais do que compensadas pela retomada das contratações nos meses seguintes, que totalizaram 59,6 mil, de agosto a outubro.

O número total de empregos formais em outubro, segundo o MTE, correspondeu a 23.830 mil. Nesse mês, os ocupados nas seis regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE atingiram 17.258 mil. Ressalte-se que os indicadores do MTE têm abrangência nacional e consideram número maior de trabalhadores, enquanto os relativos ao IBGE permitem o acompanhamento do emprego formal e do informal. Apenas por ocasião da divulgação dos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, o IBGE disponibiliza estatísticas para o país.

### 1.3.2 – Salários e rendimentos

O comportamento dos indicadores relativos a salários e rendimentos reais tem sido desfavorável nos últimos meses, refletindo a desaceleração do nível de atividade e a elevação da inflação. Observe-se que, mesmo nesse contexto, os salários da indústria ainda acumulam ganhos no ano, contrapondo-se aos resultados das pesquisas domiciliares.

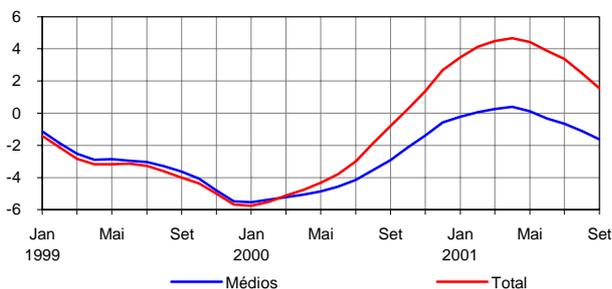
De acordo com pesquisa domiciliar do IBGE, em seis regiões metropolitanas, os rendimentos médios reais registraram quedas mensais de 0,84% em agosto e de 1,63% em setembro, considerados dados dessazonalizados. Esses resultados reduziram em 1,6% a média do terceiro trimestre, em relação à do período anterior. Em comparação com mesmo período de 2000, a queda até o final do terceiro trimestre atingiu 2,5%. Na análise por setor de atividade, verificou-se decréscimo generalizado dos rendimentos reais nessas bases de comparação, com os percebidos pelos ocupados no comércio, na indústria de transformação e na construção civil registrando contrações acima da média do indicador, de 5%, 3,52% e de 3,28%, respectivamente. Do ponto de vista da posição na ocupação, somente os rendimentos dos empregados por conta própria foram superiores aos assinalados em 2000, porém em apenas 0,13%. A maior queda, 3,1%, foi captada pelo indicador de rendimentos dos empregados com carteira assinada, seguindo-se as relacionadas a empregadores, 2%, e a empregados sem carteira, 0,92%.

A evolução da massa nominal de salários e rendimentos, nas regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE, foi positiva até maio, quando a taxa acumulada em doze meses apontou crescimento de 10,57%. A partir de então, a tendência tornou-se declinante. Considerando variações mensais, a maior queda ocorreu em agosto, 2,1%, seguindo-se redução de 0,3% em setembro, dados dessazonalizados. No acumulado do ano, a elevação atingiu 7,13% até setembro. A massa real registrou quedas mensais de 2,76% em agosto e de 0,98% em setembro, considerando dados ajustados sazonalmente, ainda acumulando, no ano, ganho de 0,18%. A diferença entre os rendimentos médios e a massa de rendimentos reflete o aumento de postos de trabalho, que, na média, superou as ocupações existentes em 2000.

**Rendimentos reais - médios e totais**

Média móvel em 12 meses

Variação percentual



Fonte: IBGE

O salário médio real na indústria paulista, segundo a Fiesp, manteve-se estável em outubro, ante quedas mensais em agosto e setembro, dados dessazonalizados. Comportamento semelhante foi apresentado pela massa salarial, cujo declínio em outubro, de 0,13%, sucedeu dois meses de quedas acentuadas. Observe-se que, apesar desses resultados desfavoráveis, as variáveis acumularam ganhos reais em 2001, de 6,5% e de 7,2%.

Os indicadores industriais da CNI, que consideram pesquisas realizadas em doze estados, também mostraram evolução positiva da massa salarial real em 2001, porém menos acentuada. Em outubro, a variável registrou queda de 0,5% ante setembro, dados dessazonalizados, acumulando elevação de 3,93% no ano.

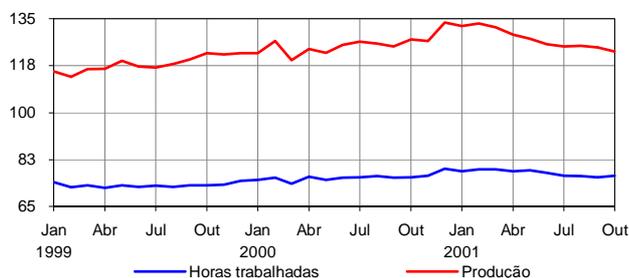
### 1.3.3 – Custo unitário do trabalho e produtividade na indústria de transformação

A produtividade na indústria de transformação, calculada como a relação entre a produção desse setor, divulgada pelo IBGE, e as horas trabalhadas na produção, pesquisadas pela CNI, apresentou redução de 0,2% até outubro, ante igual período de 2000. Até o final do primeiro semestre, registrara-se expansão de 1%. Para a indústria paulista, o indicador com base na produção industrial desse estado, divulgada pelo IBGE, e nas horas trabalhadas, calculadas pela Fiesp, revelou crescimento de 1,9% da produtividade, até setembro, ante período correspondente em 2000. Ao final do primeiro semestre, o crescimento havia atingido 2,2%. Observou-se, portanto, desaceleração dos ganhos de produtividade para a indústria no país e em São Paulo, estado em que a indústria de transformação ainda apresenta resultados positivos, explicados, em parte, pelos ajustes no emprego ocorridos nos últimos meses, com a extinção, até outubro, de 19,8 mil ocupações, segundo os sindicatos patronais daquele estado.

A tendência declinante da produtividade ao longo de 2001 resultou de aumento das horas trabalhadas superior ao da produção industrial.

### Indústria de transformação: horas trabalhadas e produção

Dados dessazonalizados  
1992=100



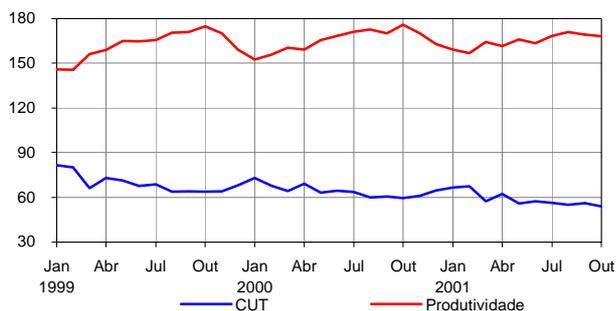
Fonte: CNI e IBGE

A análise das séries isentas de sazonalidade mostrou evolução positiva da produtividade apenas em julho e em agosto.

O cálculo do Custo Unitário do Trabalho (CUT), a partir da relação entre o total de salários pagos pelas indústrias abrangidas pela CNI e a produção da indústria de transformação, divulgada pelo IBGE, transformada em valores nominais com a utilização do Índice de Preços por Atacado - Oferta Global - Produtos Industriais (IPA-OG-PI), evidenciou queda de 2% até outubro, comparativamente a igual período de 2000, ante declínio de 3,4% registrado até junho. Observe-se que a evolução do IPA-OG-PI, que acumulou crescimento de 9,96%, até outubro, foi em parte determinada pela desvalorização cambial, que não afeta os salários.

### Custo unitário do trabalho e produtividade

1992=100



Fonte: IBGE, CNI e elaboração do Banco Central

O CUT real, por outro lado, tornou-se positivo a partir de junho. A análise da série sem influências sazonais mostrou crescimento em 5 das observações mensais até outubro, mês em que o CUT apresentou redução de 2,1%, tornando a média do trimestre agosto-outubro inferior à do período precedente.

A evolução da produtividade e do CUT, menos favorável que a observada em anos anteriores, evidencia a redução da capacidade do fator mão-de-obra de absorver elevação de custos relacionados a fatores como depreciação da taxa de câmbio e reajustes de preços administrados.

## 1.3.4 – Conclusão

O comportamento do emprego formal nos últimos meses surpreendeu positivamente. A geração de postos de trabalho favoreceu, em certa medida, a sustentação da demanda. O indicador do IBGE, que abrange outras categorias ocupacionais, mostrou acomodação da taxa de desemprego em patamar inferior ao de igual período de 2000. Entretanto, paralelamente ao crescimento da população ocupada, ocorreu redução

dos rendimentos médios reais, inibindo elevação mais acentuada da demanda. A evolução dos indicadores de consumo ratificou essa constatação.

Por outro lado, a evolução do CUT e da produtividade na indústria nos últimos meses sugere reduzida capacidade de absorção, pelo fator mão-de-obra, de elevação de custos decorrentes da depreciação do real e de reajustes dos preços administrados.